

São Paulo, domingo, 02 de março de 1997.

SP adia programa pró-criança desde 95

Prefeitura promete implantar este ano projeto de assistência integral a meninos de rua da cidade

da Reportagem Local

Que tal um projeto que retire as crianças da rua, garanta renda mínima para as famílias que tenham condições de criá-las e encaminhe as demais para a adoção ou instituições bem montadas?

Pois ele existe desde 95, nos papéis da Prefeitura de São Paulo e no processo que o Ministério Público ajuizou para obrigá-la a colocá-lo em prática.

"Faltou vontade política para implantar o programa", afirma Mauricio Antonio Ribeiro Lopes, promotor da Infância e Juventude. "Hoje a prefeitura admite que ele não avançou porque não tinha um gerente."

O Proasf (Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar) pretendia dar assistência integral às crianças de rua, que iriam para casas de convivência até que fossem encaminhadas a orfanato, instituição profissionalizante ou a própria casa dos pais -que, por programa paralelo, receberiam dinheiro da prefeitura para ajudar na criação.

No final de 1995, a prefeitura se comprometeu em acordo judicial a instalar o Proasf. Responsabilidade e verba foram repassadas ao Casa, instituição municipal de assistência, mas ele "atendeu crianças que já estavam em entidades", segundo o secretário Salim Curiati (Assuntos Comunitários), responsável pelo Proasf na gestão Pitta.

Segundo Curiati, "o programa vai começar agora e será iniciado assim que o prefeito definir quem vai gerenciá-lo".

A Secretaria da Família e do Bem-Estar social, que respondia pelo projeto na gestão passada, foi procurada, mas informou que portaria do prefeito centralizou as informações em Curiati.

Há verba de R\$ 47 milhões prevista para o programa em 97, o que não garante sua execução, pois o Executivo pode remanejar até 17% do orçamento -R\$ 1,1 bilhão.

"Se o dinheiro for bem empregado, o problema não estará resolvido, mas será bem amenizado", acredita Renato Nascimento, do Conselho Municipal da Criança.

Mas o atendimento ao menor não é obrigação só do município. "Todas as esferas de poder têm responsabilidade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente", diz o promotor Mauricio Lopes.

O padre Júlio Lancellotti, vigário do Povo da Rua, avalia que nenhuma cumpre seu papel. "A ajuda do Poder Público está encolhendo, por força da política neoliberal."

Por conta dela, ele aplaude projetos como o do secretário Oscar Schmidt (Esportes) -que pretende atrair menores para o esporte-, mas acredita que o problema da criança tende a se agravar.

"Estamos enxugando o chão com a torneira aberta", afirma. Lancellotti avalia que sempre haverá novas crianças chegando às ruas, enquanto desemprego, reforma agrária e outras questões estruturais não forem atacadas. (RSc)

fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff020309.htm>

"Movimento dos Educadores Sociais Urbanos" - contato: [per\\_educa@yahoo.com.br](mailto:per_educa@yahoo.com.br)

"Sempre em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes do Brasil e do mundo"

